



5ª Jornada de Iniciação Científica da Fundação Casa de Rui Barbosa

Agosto 2010

Programação e Resumos

ÍNDICE

PROGRAMAÇÃO.....	3
RESUMOS.....	7
Para vencer obstáculos: uma edição anotada dos romances machadianos	7
Um diálogo de falências: considerações sobre o sagrado em <i>Dom Casmurro</i>	9
O Teatro de Artur Azevedo.....	11
Corina Coaraci – Pesquisa em Periódicos.....	13
Antônio Fraga: Uma Obra em Fragmentos.....	16
Curiosidades Acerca da Revisão do VPM	18
Análise Sintática e Semântica de Alguns Verbos a partir do VPM	20
O Teatrólogo Vasques: Da História Social à Ribalta do Carnaval	22
Controle e tolerância no Rio de Janeiro do século XIX.....	24
Sentidos político-sociais da (Primeira) República brasileira para os Conservadores anti-civilistas ...	26
A visão do Conselho Federal de Cultura sobre Arte erudita e popular.....	29
Dicionário do Pensamento Jurídico Brasileiro.....	31
Notas acerca da Institucionalização do Supremo Tribunal Federal	34
O nascimento do regime democrático-burocrático brasileiro em 1988	37
Política Cultural, Indústria Cultural e Trabalho Imaterial: Apurando Conceitos	39
O consumo da Cultura no Brasil e seus Cidadãos.....	41

PROGRAMAÇÃO

02 de agosto de 2010

Local: Sala de Cursos – FCRB

Abertura 9h

Rachel Valença (Diretora do Centro de Pesquisa da FCRB)

Marta de Senna (Coordenadora do Programa de Iniciação Científica)

Sessão 1 – 9h30min às 11h

Avaliador: Teresa Cristina Cerdeira (UFRJ)

Coordenador: Eduardo Coelho (AMLB/FCRB)

9h30min

Ana Maria Vasconcelos Martins de Castro (Letras/UFRJ)

“Para vencer obstáculos: uma edição anotada dos romances machadianos”

Marta de Senna

9h40min

Victor Doblas Heringer (Letras/UFRJ)

“Um diálogo de falências: considerações sobre o sagrado em Dom Casmurro”

Marta de Senna

9h50min

Maria Cristina Antonio Jerônimo (Letras/UFF)

“O teatro de Artur Azevedo”

Rachel Teixeira Valença

10h

Glauco Homero Vieira de Barros (Letras/UFF)

“Corina Coaraci – pesquisa em periódicos”

Eliane Vasconcellos

10h10min

Evelyn Rocha de Souza (Letras/UFF)

“Antonio Fraga: uma obra em fragmentos”

Eliane Vasconcellos

10h20min

Amanda Silva Oliveira (Letras/UERJ)

“Curiosidades acerca da revisão do Vocabulário do Português Medieval”

Laura do Carmo

10h30min

Marcelle Veridiano Candido de Souza (Letras/UERJ)

“Análise sintática e semântica de alguns verbos a partir do Vocabulário do Português Medieval”

Laura do Carmo

10h40min – 11h – Debate

11h às 11h20min – coffee break

Sessão 2 – 11h20min às 12h20min

Avaliador: Lúcia Bastos (UERJ)

Coordenador: Marcos Veneu (História/FCRB)

11h20min

Vinicius Ferreira Natal (História/UFF)

“O teatrólogo Vasques: da história social à ribalta do carnaval”

Antonio Herculano Lopes

11h30min

Helena Aragão Reis (História/PUC - Rio)

“Controle e tolerância no Rio de Janeiro do século XIX”

Ivana Stolze Lima

11h40min

5ª Jornada de Iniciação Científica da FCRB - 2010

Sérgio Maia Tavares (Direito/UFF)

“Sentidos político-sociais da (Primeira) República Brasileira para os conservadores anti-civilistas”

Christian Lynch

11h50min

Annanda Galvão Ferreira da Silva (Produção Cultural/UFF)

“A visão do Conselho Federal de Cultura sobre arte erudita e popular”

Lia Calabre

12hmin – 12h20min – Debate

12h30min – 14h – Intervalo para almoço

Sessão 3 – 14h às 15h30min

Avaliador: Bianca Medeiros (CP - doc / FGV)

Coordenador: Lia Calabre (Políticas Culturais/FCRB)

14h

Vanessa Machado Gonçalves de Oliveira (Direito/UGF)

“Dicionário do pensamento jurídico brasileiro”

Christiane Laidler

14h10min

Ana Maria Macedo Corrêa (Direito/UFF)

“Notas acerca da institucionalização do Supremo Tribunal Federal”

Alexandre Veronese

14h20min

Sônia Laura Santos Aguiar (Ciências Sociais/PUC - Rio)

“O nascimento do regime democrático-burocrático brasileiro de 1988”

Júlio Aurélio Lopes

14h30

5ª Jornada de Iniciação Científica da FCRB - 2010

Luís Mário de Brito Júnior (Ciências Sociais / UCAM)

“Política cultural, indústria cultural e trabalho imaterial: apurando conceitos”.

Maurício Siqueira

15h

Juliana Leite (Ciências Sociais / UFF)

“O consumo da cultura no Brasil e seus cidadãos”

Maurício Siqueira

15h10min – 15h30min – Debate

15h45min – Palestra de encerramento

“A importância da iniciação científica na trajetória acadêmica de um professor/pesquisador”

Ivana Stolze Lima

RESUMOS

Para vencer obstáculos: uma edição anotada dos romances machadianos

Bolsista: Ana Maria Vasconcelos Martins de Castro (Letras / UFRJ)

Orientador: Marta de Senna

Projeto: Edição dos romances de Machado de Assis como hipertexto

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Ruiano

Agência de financiamento: CNPq

Período: janeiro a julho de 2010

O projeto *Edição dos romances de Machado de Assis como hipertexto*, idealizado pela pesquisadora Marta de Senna, minha orientadora, consiste na disponibilização *on-line*, através do site <www.machadodeassis.net>, de todos os romances do autor. Se o intuito do trabalho parasse nesse ponto, a acessibilidade virtual da obra por si já seria de enorme valor, por colocar na internet uma versão criteriosamente padronizada e revisada da obra, ou seja, efetivamente uma versão virtual de credibilidade. O esforço da equipe, no entanto, vai além, e o salto idealizado é ainda maior e mais proveitoso aos mais diversos leitores: o projeto se desdobra também na feitura de inúmeras notas explicativas sobre as alusões, as citações, enfim, as mais diversas referências que surgem recorrentemente em todos os escritos de Machado. Desse modo, a versão *on-line* permite, além de um largo acesso à obra fidedignamente editada, a possibilidade de aprofundamento no texto em si, uma vez transposta a dificuldade de identificação de nomes ou citações desconhecidas.

A edição virtual da obra de Machado de Assis é posta no ar somente após um longo processo. A metodologia do trabalho inclui a comparação de diferentes edições em volume, incluindo cotejo com aquelas publicadas ainda em vida do autor, leitura crítica e detalhada do texto estabelecido, confecção e revisão das notas explicativas, além de revisões criteriosas dos textos já postos no ar. Parece – e de fato é – um trabalho gigantesco, e construído a passos pequenos, porque criteriosos e atentos. Todo o esforço encontra lugar na medida em que o resultado é também de grande importância e efetivo retorno para a sociedade.

Neste semestre, minha atuação como bolsista foi bastante intensa, incluindo a leitura dos nove romances de Machado, além de alguns de seus livros de contos e vários textos críticos sobre toda a obra.

Minha atividade principal consistiu em, junto com a professora Marta, revisar detalhadamente os romances *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*, além de rever e aprimorar as notas explicativas desses dois textos, bem como incluir notas novas quando necessário. Contribuí como estudante de Letras, no estabelecimento do texto literário, mas o meu ganho foi incalculavelmente maior, uma vez que em tão curto espaço de tempo pude acumular uma bagagem impensável de ser adquirida apenas na graduação.

A importância de esse trabalho se realizar na internet se dá na medida em que somente por esse meio o resultado da pesquisa poderia ser tão amplamente difundido, e assim se tornar efetivamente proveitoso em larga escala. Penso ser este o maior mérito do projeto: tornar o texto machadiano mais e mais acessível, com a importante chancela da Fundação Casa de Rui Barbosa. O projeto beneficia, portanto, não apenas os leitores, como também a nós, bolsistas, pela oportunidade de um contato íntimo com os textos de Machado e com aqueles com os quais o autor conversa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1974.

PASSOS, José Luís. O mal e a metamorfose em Machado de Assis. *Luso-Brazilian Review* volume 46, número 1, p. 57-74, 2009. (Artigo).

ROUANET, Sérgio Paulo. Contribuição, salvo engano, para uma dialética da volubilidade. In: _____. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SENNA, Marta de. *O olhar oblíquo do bruxo: ensaios machadianos*. 2. ed. rev. e mod. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2008.

_____. *Alusão e zombaria*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

Um diálogo de falências: considerações sobre o sagrado em *Dom Casmurro*

Bolsista: Victor Doblas Heringer (Letras / UFRJ)

Orientadora: Marta de Senna

Projeto: Edição dos romances de Machado de Assis como hipertexto

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Ruiano

Agência financiadora: CNPq

Período: setembro de 2009 a julho de 2010

O diálogo da obra de Machado de Assis com a religião foi contínuo e raras vezes pacífico. A tradição religiosa se faz presente, das mais diversas formas, em inúmeros textos do autor, e, ainda assim, são raros os comentários críticos que tratem especificamente do tema. Em geral, as análises do tema religioso no âmbito da crítica machadiana gravitam em dois extremos: ou considera-se a religião como a definiu C. G. Jung – “a atitude particular de uma consciência transformada pela experiência do numinoso” –, pressuposto que abre caminho para uma espécie de julgamento da religiosidade da *persona* Machado de Assis, ou presume-se que a tradição religiosa seja um mero produto histórico, atualizado e recontextualizado pela obra machadiana, tal qual os escritos de Dante ou Shakespeare, realocando o fenômeno religioso numa esfera que não lhe é própria. O que se ensaia neste trabalho é uma possível terceira opção, isto é, a noção de que, para além do intertextual e do biográfico, há na obra de Machado de Assis, e especialmente em *Dom Casmurro* (1900), uma reflexão profunda acerca da religião, que, quando observada através de sua própria escala, torna-se um válido ponto de vista para a abordagem crítica.

Assim sendo, este ensaio tem por objetivos principais analisar o romance *Dom Casmurro* (1900) à luz dos escritos da ciência da religião, em especial a obra de Mircea Eliade, contrapostos à fortuna crítica de Machado de Assis. Com isto, pretende-se demonstrar que o romance insere-se numa discussão que problematiza o que Eliade chamou de “dessacralização do Cosmos”, isto é, o abandono do sagrado em prol de uma experiência totalmente profana do mundo. Esse processo de dessacralização, histórico e filosófico, possui uma ligação íntima com as idéias que ganharam força nas décadas em que Machado de Assis produziu, período em que a secularização e os ideais positivistas fermentavam na esfera intelectual, ao passo que pouco influenciavam a religiosidade do brasileiro. Essas e outras contradições não passaram incólumes pela obra machadiana, e são colocadas em questão com grande força em *Dom Casmurro*, tanto no âmbito da trama, quanto no da estrutura formal do romance.

A principal conclusão a que se pode chegar é a de que o diálogo proposto e encenado pela obra de Machado de Assis não se resolve. O embate entre o mundo sacralizado e o profano não conhece vencedores, e um está perenemente imbricado em seu oposto. A dessacralização completa nunca se dá, e é também através dessa falência que se pode compreender o romance capital deste que é o autor central da literatura brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ELIADE, Mircea. *Tratado de História das Religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Edusp, 2004.

JUNG, Carl Gustav. *Psicologia e Religião*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SARAIVA, Juracy A. *O circuito das memórias*. São Paulo: Edusp, 2009.

SCHÜLLER, Donaldo. *Plenitude perdida: uma análise das seqüências narrativas de Dom Casmurro*. Porto Alegre: Movimento, 1978.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SENNA, Marta de. *Alusão e zombaria: citações e referências na ficção de Machado de Assis*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

O Teatro de Artur Azevedo

Bolsista: Maria Cristina Antonio Jeronimo (Letras / UFF)

Orientador: Rachel Valença

Projeto: A crônica teatral de Artur Azevedo – 4ª etapa

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de Filologia

Agência de financiamento: CNPq

Período: agosto de 2009 a julho de 2010

Artur Azevedo (1855-1908) atuou em diversos campos – foi teatrólogo, jornalista, contista, poeta, cronista, tradutor e crítico. Em um lugar de destaque – o rodapé da primeira página do periódico *A Notícia* – publicava semanalmente as suas crônicas sobre o panorama teatral da cidade do Rio de Janeiro. Ainda que o conteúdo das crônicas tivesse como foco principal a situação teatral carioca, A.A. também tecia comentários sobre o teatro em outras cidades brasileiras e do mundo. Foi colaborador de 1894 até 1908 – ano de sua morte –, totalizando uma produção volumosa.

Apenas para retomarmos e esclarecermos do que tratam as crônicas, objeto primeiro de nosso projeto: na voz do próprio autor, as quase 700 crônicas pretendiam.

[...] trazer os leitores d'*A Notícia*, a par do movimento dos nossos teatros. Quando estes não me depararem assunto suficiente para encher às necessárias tiras de papel – o que naturalmente sucederá muitas vezes – recorrerei aos estados e ao estrangeiro.

Em todo o caso, o teatro será o objeto exclusivo e obrigado destas crônicas.¹

O objetivo final do projeto de pesquisa é a preparação de uma edição comentada das crônicas em questão, material ainda inédito, com recursos – apêndices, índices, notas de tradução, notas filológicas e de contextualização etc. – que aproximem o leitor de hoje desses textos.

Com uma pena muito afiada, um texto arguto e irônico, deparamo-nos com os bastidores de peças, personalidades, costumes da época e o descaso das autoridades pela arte que A.A. defendeu durante toda sua vida. Pensar as crônicas teatrais de Artur Azevedo, a partir da perspectiva da história do Rio de Janeiro ou da historiografia do próprio teatro carioca e brasileiro, torna-se uma atividade quase que imediata, pois a natureza e o conteúdo das crônicas estão imbricados a então capital federal e ao teatro oitocentista no Brasil.

¹ Crônica publicada em *A Notícia*, 20 de set. de 1894. Inédita.

Em trabalhos anteriores pensamos as crônicas, os contos; mas neste trabalho privilegiaremos o gênero que notabilizou Artur Azevedo – o gênero dramático. O objetivo deste trabalho é refletir a partir de um recorte na produção teatral arturiana sobre as características e influências que A.A. certamente deixou na história do teatro brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

_____. *Crônicas de Artur Azevedo publicadas em A Notícia: anos: 1894, 1895, 1896, 1897, 1898*. Rio de Janeiro, 2009. Não publicado.

_____. *O tribofe: revista fluminense de 1891*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: Nova Fronteira, 1986.

_____. *Teatro de Artur Azevedo I*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Artes Cênicas, 1983. (Coleção Clássicos do Teatro Brasileiro).

MAGALDI, Sábato. *Panorama do teatro brasileiro*. [S.l.]: Ministério da Educação e Cultura; DAC Funarte; Serviço Nacional de Teatro, s.d. (Coleção Ensaaios, v. 4).

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Arthur Azevedo e sua época*. 2. ed. São Paulo: Martins, 1955.

MARTINS, Antonio. *Arthur Azevedo: a palavra e o riso*. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988. (Coleção Estudos, v. 107).

PAVIS, Patrice. *Dicionário de teatro*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PRADO, Décio de Almeida. *História concisa do teatro brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2003.

SEIDL, Roberto. *Artur Azevedo*. Rio de Janeiro: ABC, 1937.

SÜSSEKIND, Flora. *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: Nova Fronteira, 1986.

Corina Coaraci – Pesquisa em Periódicos

Bolsista: Glauco Homero Vieira de Barros (Literatura Brasileira / UFF)

Orientadora: Eliane Vasconcellos

Projeto: Corina Coaraci: resgate de uma obra.

Unidade / Setor: CMI / AMLB

Agência de Financiamento: CNPq

Período: agosto de 2009 a julho de 2010

1. Introdução

Apresentam-se, neste trabalho, as atividades realizadas durante o período de agosto de 2009 a junho de 2010. Discriminam-se os objetivos da pesquisa, as atividades a serem realizadas e os fatores que viabilizaram ou dificultaram o progresso das mesmas.

2. Objetivo

O projeto "Corina Coaraci: resgate de uma obra" tem por objetivo levantar a obra produzida por esta escritora, que se encontra dispersa em periódicos, entre os anos de 1875 e 1891. Estima-se que haja muitos artigos e crônicas escritas por esta mulher, e, para certificação disto, realizaram-se pesquisas nos acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa e em periódicos, micro filmados, na Biblioteca Nacional.

O conhecimento da obra da escritora proporcionará melhor percepção da literatura de autoria feminina no Brasil e evidenciará a participação do segundo sexo no cenário histórico da literatura brasileira do século XIX. Corina Coaraci não deixou sequer um livro publicado, mas estima-se que haja uma quantidade considerável de textos de sua autoria.

3. Metodologia

O princípio deste trabalho foi regido pela ecdótica; logo, o objetivo principal não era somente a reprodução do material a ser publicado, mas também preparar um trabalho que tem como responsabilidade refletir a vontade da escritora ao publicar seus artigos e crônicas.

Em agosto de 2009, foi dada a continuidade ao trabalho nos artigos publicados na seção "Modas e modos / Usos e costumes", da *Folha nova*. Para isso, comparou-se o texto digitado com os originais desse periódico, procedimento este que obedeceu a critérios adotados pela orientadora e que também foi realizado sob sua supervisão.

As publicações encontradas nos acervos da Biblioteca Nacional e nos arquivos da FCRB foram submetidas ao processo de digitalização; após este procedimento, os textos são arquivados em formato JPEG, em CD-ROM. Em continuidade, deu-se a digitação dos artigos digitalizados. O processo posterior à digitação foi a revisão e o cotejo do material digitado, sempre obedecendo aos princípios da ecdótica.

Além de do material que já tínhamos em mãos, foram encontrados, tanto no acervo da Biblioteca Nacional como no da Casa de Rui Barbosa, artigos publicados nos periódicos *Gazeta de Notícias*, *Gazetinha*, *Ilustração Popular* e *Ilustração do Brasil*. Esta nova leva de artigos foi digitada e está sendo revista.

A assinatura, ao final das produções literárias, foi o fator que contribuiu para a identificação, tanto por meio dos pseudônimos que a autora geralmente usava (Frou-Frou, Viscondessa Augusta, Aniroc), como também pelas iniciais de seu nome (C., C. Cy).

4. Conclusão

Considero importante o fato de ler e aprender sobre uma escritora que não se encontra propagada na história da literatura brasileira. Corina fez, por meio de sua escrita, ressaltar o valor que a mulher possui para a literatura, como agente de uma escrita que corrobora a percepção do olhar crítico que a mulher do século XIX tem sobre o seu tempo.

Por meio desta pesquisa, o estudante apreende, a cada leitura, como são amplas as manifestações da literatura. O esforço em apresentar um trabalho que realize uma proximidade com a vontade de expressão de um autor culmina na compreensão das questões que eram temas centrais de discussões em sua época. Evidencia-se, no trabalho da autora, a percepção do pensamento a respeito das influências da arte, da literatura, dos modos e dos costumes de sua época e, vale ressaltar, a originalidade de seus textos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário onomástico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Academia, 1999.

AZEVEDO, Artur. *O tribofe*: revista fluminense de 1891. Estabelecimento de texto, notas e estudo lingüístico de Rachel Teixeira Valença. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. (Tempo reencontrado).

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Iniciação em crítica textual*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1987. (Atualidade Crítica, 12).

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

5ª Jornada de Iniciação Científica da FCRB - 2010

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)*. São Paulo: Escrituras, 2002.

VASCONCELLOS, Eliane. Carmem Dolores: a cronista mais bem paga do Rio de Janeiro. *Quadrant*, Université Paul-Valéry, Montpellier III, n. 15, 1998.

_____. Artigos publicados em *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres, v.1 1999, v.2, 2004, v.3 (no prelo).

Antônio Fraga: Uma Obra em Fragmentos

Bolsista: Evelyn Rocha de Souza (Letras / UFF)

Orientadora: Eliane Vasconcellos

Projeto: Antônio Fraga

Unidade / Setor: CMI / AMLB

Agência de Financiamento: CNPq

Período: agosto de 2009 a julho de 2010

1. Introdução

Este trabalho pretende apresentar as atividades realizadas durante o período de agosto de 2009 a junho de 2010, relatando as dificuldades, expondo as diversas fases e processos da pesquisa e organização do acervo e procurando mostrar as peculiaridades e algumas características da obra de Antônio Fraga.

2. Objetivo do projeto

Tendo em vista o papel inovador e revolucionário da obra de Antônio Fraga na literatura brasileira e sendo este pouco conhecido e insuficientemente estudado no meio acadêmico, foi de extrema importância o resgate da obra.

Por essa razão, o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) julgou necessário e de grande relevância a organização deste acervo. A preservação do trabalho deste autor é imprescindível.

3. Metodologia

O arquivo foi organizado em sete séries: correspondência pessoal; correspondência familiar; correspondência de terceiros; documentos pessoais; produção intelectual do autor; produção intelectual de terceiros e diversos.

Considerou-se necessário, na metodologia adotada, estabelecer, primeiramente, uma familiarização entre o bolsista e o acervo do autor a ser trabalhado, travando, assim, um conhecimento prévio por meio do estudo das principais obras relacionadas a Antônio Fraga: dele e sobre ele.

Depois da leitura da bibliografia de e sobre Antônio Fraga, partiu-se para o segundo passo, que foi a conferência das planilhas das já referidas séries, seguindo o modelo de arranjo proposto pelo AMLB, levando em conta, também, o estudo do banco de dados usado pela FCRB.

Concluindo esta etapa, as informações foram inseridas no banco de dados, segundo o formato MARC.

4. Conclusão

Com o término do projeto e com as informações disponibilizadas no *site*, pesquisadores terão acesso facilitado à obra de Antônio Fraga, autor singular da que é considerada, hoje, a “literatura marginal brasileira” e autor digno de ser mais estudado pelo meio acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FRAGA, Antônio. *Desabrigo e outros trechos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A. 2003. 7ª ed. ou reimpressão.

SILVA, Maria Célia Barbosa Reis da. Há 50 anos e alguns meses.... *Estudos*, Goiânia, v. 34, n. 3/4, p. 287-294, Mar-Abr/2007. Disponível em: <http://biblioteca.ricesu.com.br/art_link.php?art_cod=6024>. Acesso em: 11 de janeiro de 2010.

SILVA, Maria Célia Barbosa Reis da. *Antônio Fraga: uma obra e um autor em busca de abrigo*. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/038/38csilva>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2010.

VASCONCELLOS, Eliane. *Inventário do arquivo de Clarice Lispector*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

VASCONCELLOS, Eliane (org.). *Inventário do Arquivo de Pedro Nava*. Rio de Janeiro: Fundação casa de Rui Barbosa, 2001.

<<http://www.revistabula.com/posts/vale-a-pena-ler-de-novo/as-confissoes-de-joao-antonio->>. Acesso em: 11 de janeiro de 2010.

Curiosidades Acerca da Revisão do VPM

Bolsista: Amanda Silva de Oliveira (Letras / UERJ)

Orientadora: Laura do Carmo

Projeto: Vocabulário histórico-cronológico do português medieval

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Ruiano

Agência de financiamento: CNPq

Período: agosto/2009 a julho/2010

1. Introdução

A minha principal tarefa no projeto é conferir as emendas do VPM, feitas e digitadas na base de dados há muitos anos. Ao conferir as emendas, nos deparamos com alguns problemas de conteúdo do *CD-ROM*, que vamos anotando para futuras correções ou melhorias. Dentre esses problemas escolhi mostrar aqueles relacionados a abonações repetidas e a classificações gramaticais equivocadas.

2. Objetivo do estudo

O objetivo desse estudo é mostrar os critérios que utilizamos para sugerir a exclusão de alguma abonação e a alteração de alguma classe gramatical.

3. Metodologia

Para esclarecer a função sintática e o sentido de determinada forma em uma abonação, recorreremos a gramáticas e dicionários. Às vezes, precisamos também consultar o texto de onde foi retirada a abonação.

4. Conclusão

Com a solicitação de exclusão de algumas abonações repetidas fazemos com que o VPM fique menos redundante. Além disso, corrigimos erros de classificações gramaticais que foram dadas a determinadas ocorrências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AFONSO X. *Cantigas de santa Maria*. Editado por Walter Mettmann. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972. v. 4. Texto do século XIII. [Citam-se, nas transcrições, os números da poesia e do verso, de acordo com o critério de numeração adotado pelo editor].

AULETE digital: dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon Ed. Digital. Disponível em: www.auletedigital.com.br/.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38. ed. rev. e ampl. 19. reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 29. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

ORTO do esposo: texto inédito do fim do século XIV ou começo do XV. Edição crítica com introdução, anotações e glossário de Bertil Maler. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956. 2 v. ORTO do esposo: correções dos vols. I e II, estudo das fontes e do estado da língua, glossário, lista dos livros citados e índice geral. Stockholmo: Almqvist e Wiksell, 1964. v. 3. Manuscrito CCLXXIII/198, da Biblioteca Nacional de Lisboa, designado pelo editor ms. A, confrontado com o de nº CCLXXIV/212, da mesma Biblioteca, nomeado ms. B. [Citam-se, nas transcrições, os números da página e da linha.]

Análise Sintática e Semântica de Alguns Verbos a partir do VPM

Bolsista: Marcelle Veridiano Candido de Souza (Letras / UERJ)

Orientadora: Laura do Carmo

Projeto: Vocabulário histórico-cronológico do português medieval

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Ruiano

Agência de Financiamento: CNPq

Período: agosto de 2009 a julho de 2010.

1. Introdução

O Vocabulário histórico-cronológico do Português Medieval (VPM) é composto de verbetes que registram diferentes formas de grafia da língua portuguesa nos séculos XIII, XIV e XV, com abonações coletadas em obras do período. Dentre as palavras que compõem a nominata do VPM, os verbos são os que mais me interessam. Aliado a este interesse, passei a trabalhar como voluntária no projeto *Para um dicionário graciliano: o verbo em Vidas Secas* do professor José Carlos Azeredo, na Uerj. Daí surgiu a curiosidade de observar se usos peculiares do romance *Vidas secas* estariam presentes no VPM. A partir daí, comecei a esboçar uma metodologia de trabalho, que é o que apresentarei na jornada.

2. Metodologia

Para iniciar esta procura selecionei alguns verbos do romance de Graciliano e do VPM e analisei o contexto sintático e semântico dos mesmos, comparando-os com os sentidos encontrados em alguns dicionários.

3. Conclusão

Os exemplos comparativos entre verbetes das três fontes (Dicionário graciliano, VPM e dicionários contemporâneos) ainda não trouxeram o resultado desejado, mas a análise cuidada dos verbos tem me propiciado maior atenção quanto aos contextos das abonações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AULETE digital: dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon Ed. Digital. Disponível em: www.auletedigital.com.br.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38. ed. rev. e ampl. 19. reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001 (versão digital)

O Teatrólogo Vasques: Da História Social à Ribalta do Carnaval

Bolsista: Vinícius Ferreira Natal (História / UFF)

Orientador: Antônio Herculano Lopes

Projeto: Intelectuais, Imprensa e Humor

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de História

Agência de Financiamento: CNPq

Período: outubro de 2009 a julho de 2010

1. Introdução

Falar de teatro no Brasil Oitocentista é adentrar em um campo onde a arte é capaz de levantar questões sociais pontuais da época, em um contexto efervescente republicano e abolicionista. Ao mesmo tempo ocorre a tendência de se construir uma cena teatral brasileira baseada em costumes europeus eclode em uma tentativa “civilizadora” da cultura das classes urbanas. Fica caracterizada em Vasques a representação de um sujeito oriundo das classes populares – desde seu início de carreira na Barraca Três Cidras do Amor – inserido no meio artístico teatral majoritariamente elitista, onde o embate erudito *versus* popular emergia constantemente. Nesse viés, através da visão do teatrólogo, o carnaval é tomado como análise por sua representatividade festiva e social na segunda metade do século XIX. A relação de Vasques com a festividade pode ser encarada como representativa dos embates que ocorriam. No presente trabalho, então, ficará evidente a relação do artista com as classes populares, analisadas pelos caminhos da folia momesca.

2. Objetivos do Projeto

O presente projeto tem como objetivos principais aprofundar a análise sobre o referido autor, visto que o material bibliográfico existente ainda é bastante escasso; analisar a relação de Vasques com as camadas populares; perceber o papel do teatro na sociedade do século XIX; entender o carnaval como festividade, mas também como cena onde emergem as tensões sociais e os atores da época e por fim, enxergar a contemporaneidade do saudosismo de Vasques com o carnaval.

3. Metodologia

No intento de alcançar os objetivos da pesquisa, tem-se como fontes primordiais o jornal “Gazeta da Tarde”, no mês de fevereiro de 1884. Com o apoio de uma bibliografia selecionada, os escritos de

Vasques no jornal foram comparados com a mesma e a partir de proposições formadas por diversos autores, fez-se uma reflexão do assunto proposto.

4. Conclusões

Entende-se a obra de Vasques como um intercessor entre a manifestação artística teatral e as classes populares, num sentido de representatividade que o teatro adquire como forma de crítica social às elites e expressão idealista do pensamento popular. A partir da análise que Vasques faz do carnaval no “Gazeta da Tarde”, percebe-se que essa festividade cultural alcança outros âmbitos da sociedade como as tensões latentes entre negros escravos e libertos *versus* uma elite senhorial. A partir disso, o autor utiliza o carnaval – nas formas de Entrudo e Grandes Sociedades – como representatividade dessas tensões, enfatizando que o Entrudo seria a forma legítima de carnaval, pois estaria ligado às classes mais populares da época. Por esse discurso também se constrói uma idéia saudosista de carnaval, onde se lamenta a perda da tranqüilidade de tempos atrás. Essa construção dialética ocorre até os dias de hoje no mundo do samba, ficando explícita a atualidade do discurso do artista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Martha. “*O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*”. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

MONTES, Maria Lúcia (1996-97). “*O erudito e o que é popular – estética negra e espetáculo de massa no desfile das escolas de samba*”. *Revista USP*, nº. 32, dez.-fev., Dossiê Sociedade de Massa e Identidade.

MARZANO, Andréa. “Respeitável público! Universo teatral, trajetória e história social no Rio de Janeiro (1839-1892)”. Tese de doutoramento. Niterói: UFF, datilo, 2005.

LOPES, Antonio Herculano. “*Vasques: uma sensibilidade excêntrica*”. *Nuevo mundo-mundos nuevos*, 7, 2007b.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Jornal Gazeta da Tarde – Análise do Mês de Fevereiro de 1884, Disponível em Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Controle e tolerância no Rio de Janeiro do século XIX

Bolsista: Helena Aragão Reis (História / PUC - Rio)

Orientador: Ivana Stolze Lima

Projeto: Língua nacional, voz escrava. Conflitos sociais e simbólicos no Império do Brasil.

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de História

Agência de Financiamento: CNPq

Período: agosto de 2009 a julho de 2010

Buscando entender a experiência construída pelos africanos com a língua portuguesa e suas línguas maternas, e para complementar a pesquisa já feita em anúncios de jornais no período anterior, nesse ano explorei posturas municipais do período imperial (conjunto de medidas tomadas pelas autoridades municipais relativas à ordem urbana), bem como referências historiográficas, focalizando as cidades do Rio de Janeiro e de Salvador.

A pesquisa investigou se haveria, nas políticas de controle urbano da sociedade escravista, itens específicos relativos às línguas africanas. Dentro do que foi possível pesquisar, vimos que não houve uma preocupação explícita das autoridades com essa questão, em nenhuma das cidades focalizadas. Mas, indiretamente, exploramos medidas que ajudaram a entender o nosso ponto. Encontramos proibições de “vozerias, alaridos e gritos” e “batuques” nas horas de silêncio. Mas por outro lado, os escravos teriam permissão para cantar em suas horas de trabalho. Procuramos investigar ainda o ambiente das irmandades católicas, e suas possíveis formas de comunicação. As irmandades eram, para os africanos, locais de socialização e contato com o catolicismo e com a língua portuguesa, mas ao mesmo tempo, dentro desses espaços, havia certos momentos em que as línguas africanas eram utilizadas e em que o sentimento de comunidade se reconstruía.

Além disso, vimos que havia em determinados momentos a intenção de reprimir religiões africanas, mas isso nem sempre era concretizado, pois percebemos que além de haver um número muito grande de africanos no país, alguns “brancos” participavam dessas cerimônias. Os chefes de polícia eram responsáveis pelo controle, atendendo a denúncias sobre rituais e “batuques”. Mas ocorria também que alguns membros da polícia participavam desses rituais proibidos. E mesmo senhores escravistas, que procuravam ajuda de “feiticeiros” africanos.

Diante desses fatores percebemos que a convivência entre senhores e escravos não poderia ser apenas de repressão, mas baseada em um difícil equilíbrio entre relações de controle e tolerância. O controle deveria ser feito para que escravos e ex-escravos não fizessem nas cidades o que eles bem

entendessem e que devessem respeito a seus senhores. Além disso, o controle deveria ser exercido para que as culturas africanas não se alastrassem, predominando sobre a cultura nacional ou civilizada que tentava ser imposta. Mas o senhor não tinha controle total sobre o escravo, pois este criava oportunidades para reconstruir a sua cultura.

A pesquisa nos permitiu refletir sobre formas de contatos e conflitos culturais numa sociedade em que escravos tentavam se passar por forros, freqüentavam a igreja de seus senhores e eram estimulados a seguir seus hábitos. Nessa mesma sociedade percebemos senhores frequentando sacerdotes africanos, membros da polícia participando de batuques e também tentando reprimir tais eventos. Refletimos como os caminhos de imposição da língua senhorial foram também marcados por essas ambigüidades e mesclas entre o que era esperado dos indivíduos escravizados e como na prática eles construíram formas de relativa autonomia cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARQUIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:

Posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Nacional, 1830.
Posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Tipografia Dois de Dezembro, 1854.

ARQUIVO NACIONAL:

ARQUIVO MUNICIPAL DE SALVADOR. Repertório de fontes sobre a escravidão existentes no Arquivo Municipal de Salvador: as posturas (1631/1889). Salvador: Fundação Gregório de Mattos ; Prefeitura Municipal de Salvador, 1988.

SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da cor – Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KARASH, Mary C. “Samba e canção: a cultura escrava afro-carioca” In A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850). São Paulo: Companhia das letras, 2000.

REIS, João José. Domingos Sodré - um sacerdote africano. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. São Paulo, Cultrix, 1987.

Sentidos político-sociais da (Primeira) República brasileira para os Conservadores anti-civilistas

Bolsista: Sergio Maia Tavares (Direito / UFF)

Orientador: Christian Edward Cyril Lynch

Projeto: Os anti-Rui Barbosa: a obra e a atuação política de Alcindo Guanabara

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de Direito

Agência de Financiamento: CNPq

Período: agosto de 2009 a julho de 2010

Em continuação à série “Os anti-Rui Barbosa”, composta por uma data de projetos de autoria e orientação do Dr. Christian Edward Cyril Lynch, teve lugar neste período, aqui descrito, a última fase da corrente pesquisa a respeito da expressão do conservadorismo anti-liberal ao longo da velha Primeira República brasileira, com particular atenção, por um lado, aos anos da “Presidência Campos Salles”, reproduzindo a fórmula que deu título ao paradigmático livro de Alcindo Guanabara – personagem deste tomo – e por outro, à postura conservadora durante a Campanha Civilista, travada, entre outros, na imprensa.

Na primeira ária desta proposição logramos identificar a plataforma política desse conservadorismo brasileiro, isto é, suas filiações ideológicas e bases teórico-filosóficas, além de sua expressão na mídia impressa por meio do discurso de legitimação adotado.

Demonstramos, pois, a utilização da imprensa, como mais do que um veículo comunicativo, e sim como fonte de difusão do mantra da necessidade de correção, retidão, disciplina, *conservação* estrutural da sociedade contra o “caos”, conforme arquivos levantados, pela técnica metodológica usada, dos microfilmes de O PAIZ, A IMPRENSA, A REPÚBLICA e CORREIRO DA MANHÃ, cuja maioria dos editoriais era assinada por personagens da órbita de um ou outro político conservador e, muitas vezes, de propriedade destes!

Tais apontamentos corroboram a tese, presente de forma mais delineada em textos de Augusto de Lima para o DIÁRIO DE MINAS, de que havia a predileção consciente, assentada na teoria sociológica de Herbert Spencer na medida em que conservadores e militares se aproximam, do conservadorismo militar de Hermes da Fonseca por sustentar a arquitetura social brasileira contra “convulsões”

imaginadas, a fim de unir dois vetores anti-liberais: a oligarquia política e as Forças Armadas, destacadamente o Exército, que tinha em curso verdadeiro plano de retorno ao poder.

Importa reter que Afonso Pena fora eleito apoiado pelo chamado “Bloco”, integrado por Minas Gerais, do próprio, Bahia, liderada por Rui Barbosa, Rio Grande do Sul e o imperecível Pinheiro Machado, contra a obstinação do presidente anterior, Rodrigues Alves, de emplacar um quarto paulista seguido na presidência. Ocorre que, empossado, Pena também tenta governar para além do esquema do Bloco, procurando o “Jardim da infância”, e indicando ele mesmo o próprio sucessor - David Campista - à revelia dos grandes estados. É por isso que, estes últimos, chefiados por Pinheiro Machado, reagem. E o Exército surge como a alternativa segura e viável de substituição a partir do prestígio do então Ministro Marechal Hermes da Fonseca, configurando a *candidatura oficial* da situação, em prejuízo de Campista, ministro da Fazenda. Com isso, estava preparado o palanque seguinte, que superou os futuros acontecimentos - incluindo a morte de Afonso Pena e a posse de Nilo Peçanha.

Todavia, é importante assinalar que apesar de terem ocasionalmente se aproximado, essas duas correntes não devem ser confundidas. Mesmo a aproximação em torno da candidatura Hermes não foi suave. Originalmente, o Exército pretende uma candidatura alternativa à sua maneira – anti-liberal, mas também anti-oligárquica – em busca do verdadeiro republicanismo patriótico. Habilmente, Pinheiro Machado, vindo do Rio Grande do Sul, eterno aliado de Júlio de Castilhos e positivista convicto, percebe que lançar a sua candidatura contra o Exército e contra algum eventual Liberal seria dispendioso e consistiria em um risco desnecessário, já que seria capaz de movimentar, nos bastidores, como à sua feição, o gabinete hermista, virtual vencedor. Por isso, decide apoiar os militares e negociar sua presença no poder e, em contra partida, assegura a governabilidade de Hermes.

Esses eventos fazem Rui encampar sua candidatura liberal (a Campanha Civilista tem início), pois não poderia admitir mais um governo militar, porém, ao mesmo tempo, perdera seu mais poderoso aliado da última eleição. Ainda que a relação Rui-Pinheiro seja de difícil assimilação.

Dados os fatos políticos, identificadas as filiações ideológicas, resta concluir que a chave do conservadorismo não entendia a República univocamente. Divididos entre oligarcas heterogêneos, desde Campos Salles e Alcindo Guanabara até Pinheiro Machado e os positivistas, e o Militarismo do Exército, é possível visualizar uma ampla miríade de cores dentro da paleta do conservadorismo. Bastará anotar que há quem qualifique Rui de conservador, independentemente de liberal.

Neste estudo, entretanto, concentramos nossos esforços com objetivo de desvendar os sentidos de República para oligarcas e, porventura, até para os militares. Assim, de modo a alcançar o momento agudo do projeto, citamos, carente de constante depuração como toda investigação acadêmica invulgar, que a República era a criatura institucional responsável por personificar e perenizar a máquina

econômico-social em andamento desde há muito, sendo desta uma extensão, e que, portanto, independentemente da forma que o Estado assumisse, deveria consistir, com efeito, em mero joguete dos “donos do poder”, difusos na economia (em um termo, latifundiária), na política (regionalismo das trocas de interesses) e na pirâmide social que, à partida, resumia as anteriores e, *a posteriori*, consagrava-as.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A IMPRENSA. Rio de Janeiro, 1909-1910.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2004.

BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1983.

CARONE, Edgard. *A república velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

_____. *A república velha: evolução política*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1909-1910.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FREIRE, Felisbello. *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

MONTEIRO, Hamilton. *Brasil República*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 1909-1910.

A visão do Conselho Federal de Cultura sobre Arte erudita e popular

Bolsista: Annanda Galvão Ferreira da Silva (Produção cultural / UFF)

Orientador: Lia Calabre

Projeto: Política Cultural: Memória e história

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de Estudos de Políticas Culturais

Agência de Financiamento: CNPq

Período: agosto de 2009 a julho de 2010

Este trabalho pretende fazer um exercício de análise das visões do Conselho Federal de Cultura sobre as artes de caráter erudito e/ou popular, partindo do princípio que este é um órgão normativo e diretamente ligado ao governo, formulador de uma política cultural nacional. Tal exercício será feito através de alguns pareceres emitidos pelo CFC.

A instauração do Conselho Federal de Cultura (CFC) ocorre durante o governo de Castelo Branco (1967), sendo, um projeto do intelectual Josué Montello. O órgão era ligado diretamente ao Ministério da Educação e Cultura e dividia-se em quatro câmaras: artes, letras, ciências humanas, patrimônio histórico e artístico nacional. Ainda havia uma comissão de legislação e normas, que, invariavelmente, exercia o papel de uma quinta câmara. Nos governos militares a cultura também é utilizada como instrumento do Estado autoritário, para a consolidação da imagem nacional. Dentre outras atribuições do Conselho, estavam as de: “estimular a criação de conselhos estaduais e municipais de cultura; reconhecer instituições culturais; manter atualizado o registro das instituições culturais; conceder auxílios e subvenções; promover campanhas nacionais e realizar intercâmbios internacionais.” (CALABRE, 2010) Os conselheiros variavam de cinco a seis por câmara, sendo intelectuais de representatividade na sociedade como: jornalistas, escritores, reitores de Universidades Federais, políticos etc. Estes sujeitos que, em sua maioria, eram polivalentes quanto a atuação em diversas áreas, eram indicados pelo presidente da república.

A atuação do conselho se deu de maneira mais eficaz entre o início de suas funções em 1967 até o final da década de 1970. Destaca-se que nesse período o governo federal promoveu ações essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas de cultura em âmbito nacional, gerando uma maior autonomia na produção cultural brasileira.

O CFC possuía uma verba anual própria, porém, insuficiente para o atendimento das demandas financeiras provenientes das mais diversas instituições. Mesmo com a impossibilidade de ajuda de em alguns pedidos de auxílio financeiro ou material, os projetos/processos eram encaminhados para outros

órgãos como, por exemplo, o Instituto Nacional do Livro ou a Fundação Nacional de Arte. Neste sentido, embora houvesse obstáculos, o Conselho auxiliou no processo de institucionalização da gestão pública no campo da cultura brasileira, ocasionando em mudanças significativas nos programas e políticas culturais. Uma singularidade que pôde ser percebida a partir da análise dos documentos de pedido de auxílio financeiro e convênios com outras instituições, é que o Conselho Federal de Cultura apoiava/concedia auxílio financeiro principalmente, - senão totalmente - a projetos e/ou equipamentos culturais de caráter erudito, ou utilizando terminologia presente nos documentos, projetos considerados “populares de fino acabamento”.

A metodologia de pesquisa utilizada no trabalho baseou-se em leituras sobre o contexto histórico e sobre a função do Conselho Federal de Cultura, na análise de processos do CFC e, do convênio n 60.576/67 de 1967, presente na documentação do arquivo da Câmara de Artes do CFC depositado no Palácio Capanema, além da pesquisa realizada sobre os membros do Conselho. Isto possibilita conferirmos como era a visão sobre Artes de um órgão que foi de extrema importância para o fomento de uma política nacional de cultura.

O caráter do Conselho Federal de Cultura era fundamentalmente conservador, afinal, era órgão de um governo ditador que fazia, entre outros, uso da cultura como elemento de unificação nacional e um instrumento para a manutenção da chamada segurança nacional. No entanto, o Conselho que tinha membros como o folclorista Manuel Diégues Jr., aponta – o que pode ser averiguado através da investigação do seu acervo – uma postura mais flexível no que diz respeito às artes, ao apresentar sua preocupação em conceituar o objeto e/ou manifestação artística quanto ao caráter erudito ou popular. Apesar de ser conservador no que tange a visão de popular da época – ligada a tradição, e sem conhecimento clássico-acadêmico – o órgão demonstrou tendência progressista quando considerou Arte as manifestações artísticas populares. E, como descrito no Convênio 60.576/67, a articulação e harmonia das manifestações eruditas e populares imprime uma maior penetração cultural. .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CALABRE, L. O Conselho Federal de Cultura- 1971-1974. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. N.37, 2006.

_____. Textos Nômades. *Políticas Culturais no Brasil: História e Contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010.

MICELI, S. (org). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Editora: Difel, 1984.

Dicionário do Pensamento Jurídico Brasileiro

Bolsista: Vanessa Machado Gonçalves de Oliveira (Direito/UGF)

Orientadora: Christiane Vieira Laidler

Projeto: Dicionário do pensamento jurídico brasileiro

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de Direito

Agência de Financiamento: CNPq

Período: setembro de 2009 a julho de 2010

1. Introdução

O projeto de pesquisa visa a construção de um dicionário com a organização de verbetes dos principais juristas brasileiros. Dando continuidade à linha de pesquisa pautada na História do Pensamento Jurídico Brasileiro, o nosso objetivo principal é fazer um mapeamento das idéias jurídicas, suas bases e repercussões no plano do Direito no contexto brasileiro nos séculos XIX e XX, desde a construção das instituições do Estado;

Os estudos do direito não mais se restringem a uma abordagem estritamente jurídica. Há muito as ciências sociais desenvolvem pesquisas sobre normas, instituições, organizações e atores que operam no campo jurídico.

2. Metodologia

Inicialmente optamos por fazer um levantamento dos juristas através das obras de referência da Biblioteca São Clemente e da Biblioteca Rui Barbosa, que logisticamente são as mais acessíveis. No entanto, o foco primordial foram os exemplares da São Clemente. Para que a pesquisa tivesse mais eficácia utilizamos o seguinte critério: primeiro por área jurídica - Direito Constitucional e Direito Civil - e segundo por período. Como há uma escassez de obras do século XIX e em contrapartida o mapeamento dessas obras e autores “pré-republicanos” possuem grande relevância, utilizamos como ponto chave o critério período, mais precisamente o século XIX para entender como se construiu o pensamento jurídico do século XIX e para reconhecer as conexões entre aqueles que permaneceram no Império e na República como os nomes do Direito.

Após o levantamento parcial das Bibliotecas São Clemente e Rui Barbosa, pesquisei também nas mesmas áreas jurídicas e com o mesmo corte temporal nas bases da biblioteca do STF para que

fizéssemos um cruzamento de informações, o que levou a construção de uma planilha de dados para futuros acompanhamentos.

Concomitantemente ao levantamento de dados da Biblioteca do STF, selecionei duas obras para serem pesquisadas na Biblioteca São Clemente para que pudéssemos esboçar os parâmetros a serem destacados das obras, quais sejam: notas de rodapé, bibliografia, dedicatórias, citações, enfim qualquer indicação que pudesse nos informar nominalmente quem foram os contribuintes que efetivamente participaram da construção do pensamento jurídico brasileiro. À medida que as obras foram pesquisadas notou-se que havia um desdobramento muito grande devido a nomes citados nas mesmas, alguns famosos como Clóvis Bevilacqua e outros menos famosos cabendo a nós retirá-los da obscuridade, afinal tiveram suas contribuições para o Direito no Brasil.

3. Conclusões (parciais)

Da coleta desses dados resultou a seguinte constatação: para estudar o pensamento jurídico do século XIX, era necessário saber qual a instituição que formava esses bacharéis e quais os periódicos e associações formadas pelos mesmos que tiveram importância na divulgação de suas idéias. Neste sentido fizemos a relação nominal dos alunos, formandos, diretores dos primeiros cursos jurídicos no Brasil e as personalidades por eles formadas chegando a Faculdade de Direito de Recife, Olinda e a faculdade do largo de São Francisco em SP, onde hoje funciona a USP. Estas duas instituições – cada qual na sua peculiaridade – formaram nossos principais bacharéis em Direito. Neste momento da pesquisa estamos no processo de cadastramento das informações biográficas e de suas principais obras. Posteriormente nos debruçaremos em cada obra para uma análise mais incisiva de cada autor de suas obras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BLAKE, Augusto Victorino Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883-1903.

BEVILAQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Edição comemorativa do sesquicentenário da instauração dos cursos jurídicos no Brasil (1827-1977) Instituto Nacional do Livro 1977

DICIONÁRIO BIOBIBLIOGRÁFICO DE AUTORES BRASILEIROS: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia. Apresentação de Antônio Paim. Brasília: Senado Federal; Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 1999.

MÔNICA, Maria Filomena. *Dicionário biográfico parlamentar: 1834-1910*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

RUZON, Bruno Ponich. *Filhos de Coimbra*. Uma história do ensino jurídico brasileiro
<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9039>

ANDRADE, Giselle Cardoso de. *Formação do bacharel em direito no século XIX*: Disponível em:
<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2967>

Notas acerca da Institucionalização do Supremo Tribunal Federal

Bolsista: Ana Maria Macedo Corrêa (Direito / UFF)

Orientador: Alexandre Kehrig Veronese Aguiar

Projeto: Cortes constitucionais em perspectiva comparada

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de Direito

Agência de Financiamento: CNPq

Período: setembro de 2009 a julho de 2010

1. Introdução

O presente projeto de pesquisa com duração de dois anos teve como meta análise da atuação das cortes constitucionais no Chile e no Brasil na transição dos regimes ditatoriais para o democrático. No primeiro ano realizei o estudo acerca do Tribunal Constitucional chileno desde a sua instituição em 1970. Considerei ao final que apenas após a reforma legislativa de 2005 o Tribunal passou a exercer papel relevante no arranjo institucional democrático. No segundo ano detive-me ao estudo do STF com o intuito de apurar as razões de sua centralidade no cenário político brasileiro.

2. Objetivos

O objetivo central desse projeto consistiu no exame do desenvolvimento da atuação do Supremo Tribunal Federal desde o período da redemocratização. A finalidade secundária era traçar um paralelo acerca das contribuições à concretização do regime democrático e dos direitos fundamentais desempenhadas por ambos os Tribunais.

3. Metodologia

A metodologia desse trabalho baseou-se no estudo de literatura especializada que trata do tema, além da análise dos textos legais acerca da competência e constituição do Tribunal Constitucional chileno e o STF.

4. Conclusões

Nas últimas duas décadas o Supremo Tribunal Federal desempenhou de maneira crescente atuação política relevante no cenário institucional democrático brasileiro. A positivação dos direitos sociais, o extenso rol de competências atribuídas pela Constituição de 88 à Suprema Corte, além do

amplo sistema de controle de constitucionalidade contribuíram efetivamente para a centralidade do Supremo Tribunal Federal.

A positivação dos direitos sociais na Constituição brasileira permite que quase qualquer demanda alcance o STF. A consolidação da doutrina que considera os direitos sociais como direitos subjetivos, suscetíveis de aplicação imediata, investindo o jurisdicionado o poder de exigir do Estado a sua materialização, consolida o papel relevante da Suprema Corte na arena das disputas políticas.

Outro fator da centralidade da atuação do STF é o amplo sistema de Controle de Constitucionalidade. Além de ser um sistema de controle híbrido, em que se comportam as modalidades de controle difuso e concentrado, o rol de legitimados a propositura do controle abstrato, ou seja, da Ação Direta de Inconstitucionalidade e da Ação Declaratória de Constitucionalidade, previsto pelo artigo 103 da CF e pelo artigo 2º da Lei 9868/99, é bastante extenso. A intenção de ter um numeroso elenco de legitimados a propor ambas as ações é propiciar a possibilidade de ampla participação no processo que poderá extinguir a validade de uma lei aprovada por um Poder (majoritário) representativo. Dessa maneira, desde representantes do Estado até representantes da sociedade civil poderão participar do processo conferindo maior legitimidade democrático-participativa ao mesmo, ao envolver esses dois atores na guarda da Constituição.

Todos esses elementos demonstram o ímpeto de consolidar o Supremo Tribunal Federal como ator principal no processo de democratização. A Constituição de 88 redimensionou a instituição de modo a transformá-la em arena das principais disputas sociais do país. Em sentido contrário foi projetada a composição do Tribunal Constitucional chileno, reinaugurado em plena ditadura de Pinochet, com competências limitadas e uma jurisprudência restrita no campo dos direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAPELLETTI, Mauro. *La Justicia Constitucional: Dimensiones de la Justicia em el Mundo Contemporáneo*. México: Porrúa, 2007

COSTA, Emilia Viotti da. *O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*. São Paulo: Ieje 2001.

COUSO, Javier. *Consolidación Democrática y Poder Judicial: los riegos de la judicialización de la política*. Chile: Revista de Ciencia Política, volumen XXIV, N.2, 2004.

RÍOS ÁLVAREZ, Lautario. La jurisdicción constitucional em Chile (después de la reforma de 2005 de la Ley Fundamental), *Anuario de derecho constitucional latinoamericano*. Montevideo: Konrad-Adenauer Stiftung, 14º ano. p. 209-239, 2008.

VIANNA, Luiz Werneck. *Poder Judiciário, “positivação” do direito natural e história*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, volume 9, número 18, 1996.

5ª Jornada de Iniciação Científica da FCRB - 2010

VERISSIMO, Marcos Paulo. *A Constituição de 1988, vinte anos depois: Suprema Corte e Ativismo Judicial “À Brasileira”*. Revista DIREITO GV, volume 4, número 2, jul - dez 2008.

VIEIRA, Oscar Vilhena. *Supremocracia*. Revista DIREITO GV, volume 4, número 2, jul-dez 2008.

_____. *Direitos Fundamentais: Uma leitura da Jurisprudência do STF*. São Paulo: Ed. Malheiros, 2006.

O nascimento do regime democrático-burocrático brasileiro em 1988

Bolsista: Sônia Laura Santos Aguiar (Ciências Sociais / PUC - Rio)

Orientador: Júlio Aurélio Vianna Lopes;

Projeto: Estado e Constituição

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de Direito

Agência de Financiamento: CNPq

Período: agosto de 2009 a julho de 2010

Aprofundamo-nos na passagem de um regime político autoritário-burocrático para um regime político democrático. No Brasil (assim como na América Latina) foram as forças armadas que tomaram o governo no movimento de 1964. O Estado buscava controlar principalmente a sociedade, a fim de bloquear o aprofundamento de organização social na região.

O objetivo da pesquisa sobre a constituinte, neste momento, é analisar a passagem de um regime político autoritário-burocrático para um regime político que poderíamos denominar como um regime democrático-burocrático, contribuindo para as futuras reflexões acerca do tipo de regime democrático que resultou do processo político de transição negociada à democracia em nosso País.

A metodologia empregada será weberiana, ou seja, a utilização dos chamados tipos ideais, a fim de alinhar as respectivas características dos regimes autoritário-burocrático e democrático-burocrático.

Temos a hipótese de que o regime político autoritário dos militares foi exercido através da burocracia estatal e, mesmo com o rompimento desse regime e a instauração da democracia, ainda encontramos essa burocracia muito presente.

Concluimos que o processo constituinte, que forjou a atual Magna Carta e ordem política brasileira, reciclou o regime autoritário anterior de modo a inserir todos os movimentos sociais relevantes da época (principalmente o sindical) nos "anéis burocráticos" do Executivo. Esta inserção reorientou as respectivas agências do Estado brasileiro a ponto de servirem, desde então, como fóruns de encontro entre as elites burocráticas e as lideranças de movimentos sociais, as quais tendem a ser os operadores de fato das políticas públicas na democracia moderna brasileira.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANAIS DA CONSTITUINTE

COLLIER, David. *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LOPES, Júlio Aurélio Vianna. *A Carta da democracia*, Rio de Janeiro. Topbooks, 2008.

Política Cultural, Indústria Cultural e Trabalho Imaterial: Apurando Conceitos

Bolsista: Luis Mario de Brito Junior (Ciências Sociais / UCAM)

Orientador: Euclides Mauricio Siqueira de Souza

Projeto: O lugar da cultura na idéia de desenvolvimento sustentável

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de Estudos de Política Cultural

Agência de Financiamento: CNPq

Período: agosto de 2009 a julho de 2010

A presente comunicação faz parte do projeto "O lugar da cultura na idéia de desenvolvimento sustentável" e tenta dar conta de algumas indagações colocadas pelo mesmo. Sua relevância deve-se à crescente importância atribuída recentemente por agentes públicos e privados no Brasil ao papel da cultura na implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável. Parto da constatação, nos dias atuais, de uma crise teórica e prática na relação entre o homem e seu ambiente, o que impõe que repensemos nossas representações da natureza e do saber tecno-científico. O desenvolvimento sustentável emerge como uma das possíveis respostas ao referido quadro de crise. No que diz respeito ao conceito de cultura, adotei como base a compreensão de cultura sugerida pelo projeto e definida pelo Ministério da Cultura do governo brasileiro, "que articula três dimensões vitais: a cultura como expressão simbólica (estética e antropológica), a cultura como direito e cidadania de todos os brasileiros, a cultura como economia e produção de desenvolvimento".²

Diferente do que apresentei em períodos anteriores em que tentei dar conta de alguns dos principais questionamentos do projeto (1 - qual o papel conferido à cultura pelos formuladores do conceito de desenvolvimento sustentável; 2 - entender a crise e buscar possibilidades de superação por um viés cultural; 3 - tentar delinear quem são os novos sujeitos que definirão os rumos dos acontecimentos contemporâneos) o que fez da pesquisa um exercício profundamente abstrato, desta vez me aproximo dos conceitos de política cultural, indústria cultural e trabalho imaterial para delinear melhor a relação entre cultura e desenvolvimento.

Foi na obra 'Textos Nômades: política, cultura e mídia' de Alexandre Barbalho (2008) onde procurarei apurar minha compreensão conceitual sobre política cultural e indústria cultural e que parecem estar diretamente relacionadas com as transformações no mundo da sociedade pós-industrial. E também

²Disponível em:

<http://www.cultura.gov.br/upload/programa%20cultural%20para%20desenvolvimento%20do%20brasil_1174326644.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2008.

em “Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade” de Maurizio Lazzarato e Antônio Negri (2001) onde busquei compreender melhor esse curioso conceito (trabalho imaterial) utilizado por Michael Hardt e Antônio Negri em “Império” (2001). Segundo estes autores que voltam seus olhares para a esfera do trabalho, é no exato cruzamento entre produção e consumo que se encontra o ‘trabalho imaterial’ pois ele ativa e organiza a relação produção/consumo por meio do processo comunicativo. Ele inova continuamente as formas e as condições da comunicação, “(...) materializa as necessidades, o imaginário e os gostos do consumidor” devido ao seu conteúdo informativo e cultural que alarga e transforma o ambiente ideológico do consumidor ou seu utilizador (Lazzarato: 46). Enfim, são em cima dessas contribuições e de outros autores como Alain Touraine (2006) que procuro intuir as aproximações entre cultura e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBALHO, Alexandre. *Textos nômades: política, cultura e mídia*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. *Império*. Trad. Berilo Vargas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LAZZARATO, Maurizio. *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*/Maurizio Lazzarato, Antônio Negri; introdução de Giuseppe Cocco; tradução de Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Tradução de Gentil Avelino Tilton. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

O consumo da Cultura no Brasil e seus Cidadãos

Bolsista: Juliana Leite (Ciências Sociais / UFF)

Orientador: Dr. Euclides Maurício Siqueira de Souza

Projeto: O lugar da Cultura na idéia de Desenvolvimento Sustentável

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de Políticas Culturais

Agência de financiamento: CNPq

Período: fevereiro de 2010 a Julho de 2010

Em meio ao atual cenário político mundial de retomada de práticas políticas conservadoras e ao incessante processo de globalização da economia e das fronteiras, a investigação das alterações dos hábitos culturais de uma sociedade torna-se um fator importante para a elucidação das mudanças do exercício da cidadania.

Por que não se consegue uma mobilização civil significativa em torno de questões sociais cruciais como a do meio ambiente, por exemplo? Por que há uma desmotivação da população em geral na participação das discussões políticas? E, por que, ao mesmo tempo em que há essa apatia na luta de temas coletivos, observa-se uma excitação exacerbada no consumo e em demandas individuais?

É fato que o sistema vigente fomenta tais disputas e jogos de poder, por isso, pensar a cidadania, nesse contexto, perpassa pelo consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa. O gozar dos direitos civis e políticos de uma livre democracia passa a ser mensurado pelo poder da propriedade individual.

Quando Canclini fala que ser cidadão não é somente ter direitos reconhecidos, mas também ter a possibilidade de “práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento” (Canclini, 1995: 22), se salienta o problema da exclusão social. O que é legitimado com a constituição, muitas vezes, está distante das políticas públicas.

Nessa lógica, a Cultura, que possui um papel fundamental na construção da identidade cidadã, é a que mais sofre com a ausência da mão do Estado. Sem tal contrapartida e com a crescente capitalização da área pelos meios privados, o acesso da grande massa a hábitos corriqueiros, como ir ao cinema, teatro, ler um livro, torna-se limitado, apartado do “sentido de pertencimento”.

Logo, na presente proposta, trabalho com a hipótese da influência dos hábitos de lazer cultural na transformação do comportamento cidadão da sociedade brasileira. Destaca-se que tais questões, assim como as outras referências, são frutos dos trabalhos desenvolvidos na pesquisa “O lugar da Cultura na

idéia de Desenvolvimento Sustentável”. Deste modo, os objetivos se centrarão em desvendar os possíveis fenômenos responsáveis pelas variações desses costumes e relacioná-los com algumas teorias sobre o consumo e cidadania.

Entende-se por esses hábitos, práticas que os indivíduos as realizam em seu tempo livre e que estão ligados as diversas manifestações culturais. Por isso, utilizarei as pesquisas “O perfil de consumo de cultura brasileiro” realizadas pela Fecomércio nos anos de 2007, 2008 e 2009 que direcionam suas questões, basicamente, ao acesso e à frequência da leitura de livros, de espetáculos teatrais e de dança, de exposições de artes, de salas de cinema e de shows musicais. A partir dessa análise estatística, a leitura de “Consumidores e Cidadãos” de Néstor Garcia Canclini é essencial para o melhor entendimento das problemáticas suscitadas.

É válido lembrar que, ao se observar esses levantamentos quantitativos, pode-se vislumbrar algumas faces dos indicadores de mobilidade social. Ver a capilaridade do acesso a esses hábitos, significa dizer que, se consegue conhecer as reais dimensões das tais “práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento”. O indivíduo passa a ser reconhecido de fato como cidadão.

Portanto, nessa proposta se buscam reflexões para além da democratização do acesso da cultura para a maioria da população brasileira. Abranger e contemplar não devem estar ligados à massificação. Não se pode esquecer que as políticas públicas são ferramentas de inclusão, sob uma perspectiva de diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. 1995. Editora UFRJ.

FECOMÉRCIO. O Perfil de Consumo de Cultura brasileiro. 2008, 2009 e 2010.

SOUZA, Euclides Mauricio Siqueira de. Projeto de pesquisa: O lugar da cultura na idéia de Desenvolvimento Sustentável. Fundação Casa de Rui Barbosa, Setor de Estudos de Política Cultural, 2007.